

# **PIONEIRISMO, RENOVACÃO E DESAFIOS:**

Experiências do Campo de Públicas no Brasil

Organizadoras

Patrícia Vendramini

Lindijane de Souza Bento Almeida

Florianópolis - 2017

# A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE GOVERNO NA FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Kamila Pagel de Oliveira<sup>1</sup>*  
*Maria Isabel Araújo Rodrigues<sup>2</sup>*

No intuito de se caracterizar como uma instituição de planejamento mineiro, foi criada em 1969 a Fundação João Pinheiro (FJP), destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social. O objetivo primordial desta instituição era o de conformar-se como um órgão técnico que pudesse desenvolver um planejamento de estudos sobre a realidade mineira, de modo a atenuar as deficiências econômicas, sociais e administrativas. Neste momento, um dos temas mais importante da agenda governamental era a busca pelo desenvolvimento econômico, que seria alcançado por meio do planejamento econômico, papel concedido à FJP (AFONSO, 2001).

Inserida na estrutura orgânica da Fundação João Pinheiro, foi criada em 1992, a Escola de Governo de Minas Gerais, cuja finalidade seria constituir-se em um instrumento permanente de modernização e profissionalização da Administração Pública, que fosse uma instituição autônoma no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão, mas dependente orçamentariamente da FJP (AFONSO, 2001).

A Escola de Governo de Minas Gerais se configura, então, como um centro responsável pela formação de recursos humanos para a Administração Pública mineira, atuando, desde a sua criação em atividades de ensino, relacionadas aos cursos de graduação, especialização e mestrado e em atividades de capacitação, pesquisa e extensão.

Antes mesmo do surgimento da Escola de Governo de Minas Gerais, o Governo do Estado criou o Curso de Administração Pública (CSAP), em 1986, cujo objetivo era o da capacitação e formação de servidores públicos aptos a atuarem na modernização do estado e na inovação administrativa. Este curso foi concebido com base na ideia de que a administração gerencial, com os objetivos de eficiência e eficácia do setor público dependeria, de forma significativa, de servidores públicos bem capacitados e qualificados que poderiam aplicar as diretrizes da reforma, modificando a cultura e a postura dos servidores públicos (AFONSO, 2001).

O CSAP foi autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 92.745 de 1986, sendo reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.257, de 1994. Seu reconhecimento vem sendo sistematicamente renovado, sendo que o último ocorreu por meio do Decreto Estadual, tendo numeração especial nº 43, de 2013.

---

1 Subcoordenadora do Curso de Graduação em Administração Pública. Mestre e doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Coordenadora do Curso de Graduação em Administração Pública. Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Antes de ser ministrado pela Escola de Governo, o que ocorreu em 1993, o CSAP foi administrado pelo Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), que se caracterizava como uma diretoria da FJP. A primeira turma do CSAP nesta formação foi iniciada em 1986, porém os alunos só foram nomeados em 1992, devido aos problemas relacionados a choques políticos e à própria estratégia de sua aplicação. O vestibular para a segunda turma aconteceu em 1993, havendo mudanças na formação do curso, no currículo e na unidade a ser ministrada, deixando de ser o CDA e passando a ser a EG.

Sendo o objetivo do CSAP formar servidores qualificados para administrar de forma eficiente e inovadora a Administração Pública estadual, foi criado, também em 1986, o cargo de administrador público, que previa: ingresso por meio de vestibular com força de concurso público; concessão de bolsas de estudo mensal aos alunos; e ressarcimento do valor investido pelo estado em casos de desistência antes do prazo determinado de permanência na carreira. Em 1998, o cargo de administrador público foi transformado em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), por meio da Lei Estadual nº 13.085.

O cargo de EPPGG de Minas Gerais, atualmente, é regulamentado pela Lei Estadual nº 18.974 de 2010 e alterações. A aprovação exitosa no curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo é requisito ao ingresso na carreira de EPPGG, motivo pelo qual o curso objetiva formar profissionais qualificados para atuar em gestão governamental e na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no estado de Minas Gerais.

Sendo assim, o curso de graduação em administração pública constitui a única porta de entrada à formação de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, que atuam nos diversos órgãos do estado de Minas Gerais, desempenhando funções de gestão e também de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Os EPPGG's, comumente chamados de "administradores públicos", são constantemente demandados pelas secretarias de Estado por possuírem formação específica na área pública e, portanto, apresentam, de forma geral, bons desempenhos em suas atuações e funções.

Inclui-se entre os objetivos específicos do Curso de Administração Pública, a formação de servidores para a composição dos quadros do setor público mineiro, o fortalecimento de competências na área de gestão governamental, além do desenvolvimento de pesquisas relacionadas às questões e problemas da administração pública.

Um aspecto importante a ser destacado é o que diz respeito à qualidade deste Curso de Graduação em Administração Pública, que se destaca pelo alto conceito perante o Ministério da Educação.

A qualidade do curso e os benefícios concedidos para sua realização conformam-se como os principais motivos à elevada competitividade encontrada para entrar no CSAP. Coelho (2008) afirma que, apesar dos desafios acerca do ensino em Administração Pública no Brasil, no que tange ao curso ofertado pela Escola de Governo da Fundação João

Pinheiro, a atratividade do curso ocorre em razão de um conjunto de fatores compostos por: oferta de bolsa de estudos durante o curso e garantia de uma carreira - a carreira de EPPGG - associada à formação.

Acredita-se que o projeto Choque de Gestão, implantado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a partir de 2003, colaborou para demarcar um importante momento do curso, uma vez que seus egressos passaram a ocupar papel central no contexto de mudanças em andamento. Com isso, em 2004, as vagas anuais para o curso foram ampliadas de 40 para 80, e o cargo de EPPGG foi reestruturado, conforme explicado anteriormente (HORTA ET AL, 2010).

Além disso, destaca-se o papel dos EPPGG na consolidação da reforma gerencial, implementada em Minas Gerais desde 2003, por meio do Choque de Gestão. De acordo com Anastasia (2010, p.42):

O Choque de Gestão, todo ele, foi construído por uma grande equipe. Mas o dia-a-dia de sua implementação foi feito por jovens, alunos da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, de nosso Estado, que foram sem dúvida alguma, os responsáveis por grande parte do trabalho realizado, com dedicação, criatividade e responsabilidade ímpares, e que permitiram ao Estado, de fato, dar esse grande salto.

Diante disso, tem-se que o surgimento do Curso de Graduação em Administração Pública se configurou como um importante projeto do Estado de Minas Gerais, consolidando-se por sua referência em âmbito nacional.

## 2. O TRIPÉ NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

O Curso de Administração Pública da Escola de Governo, desde a sua criação até o final do 1º semestre de 2014, já formou 860 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, dos quais permanecem na carreira 509 profissionais, conforme dados disponibilizados pela SEPLAG. De acordo com pesquisa realizada por Oliveira (2009), trata-se de uma carreira formada predominantemente por jovens, sendo que na época da pesquisa 86,6% dos profissionais possuíam entre 20 e 34 anos; 57,4% dos EPPGG são homens e 42,6%, mulheres. Estes dados permanecem.

Em função da especificidade do CSAP, a partir da qual os formandos já são alocados em órgãos públicos do poder executivo do Estado de Minas Gerais, tem-se que 79% dos EPPGG estão alocados na Administração Direta, composta pelas Secretarias de Estado, predominando a Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que possui 36% dos profissionais alocados na administração direta. 17% dos EPPGG estão alocados na Administração Indireta, sendo que 2,3% estão à disposição de outros órgãos públicos, como órgãos municipais e federais. 1,7% dos EPPGG estão afastados para realização de Curso de pós-graduação no exterior, conforme dados disponibilizados pela SEPLAG.

Tal alocação em órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta é condizente com o perfil do egresso do curso, preparado para atuar nas áreas de planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial, além da atuação com a formulação, supervisão e a avaliação de políticas públicas (MINAS GERAIS, 2010).

Assim, o profissional egresso do curso deve ter um perfil condizente com a atuação em funções de direção, coordenação e supervisão de diferentes escalas e em diferentes áreas da administração pública estadual. Além disso, trata-se de uma formação generalista, possibilitada a partir da interdisciplinaridade do curso, organizado em torno de disciplinas distribuídas em núcleos centrais (Fundamentos quantitativos, Finanças, Orçamento e controle, Administração, Gestão Pública, Sociologia e política, Economia, Direito e Metodologia), compreendendo a contribuição das diversas áreas do saber acadêmico afins à administração pública, além de atividades relacionadas à pesquisa e extensão.

Tal formação é possibilitada pela existência de uma grade curricular multidisciplinar que passou por um processo de revisão ao longo do ano de 2012, que teve como fruto o atual projeto pedagógico do curso, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em meados de 2013. A revisão da grade curricular do CSAP teve como origem a necessidade de atualização do curso e a necessidade de adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para o campo de públicas<sup>3</sup>, por meio da revisão de ementas, disciplinas, períodos das disciplinas, como também a busca pela manutenção do caráter inovador do curso, por meio da inserção de disciplinas optativas e valorização das atividades de extensão. Dessa forma, a Reforma curricular ocorrida ao longo do ano de 2012 foi baseada em práticas inovadoras de ensino em Administração Pública, que consistem na aproximação do aprendizado com a prática.

Uma importante mudança refere-se ao aumento da carga horária do Curso, que passou de 3.060 horas para 3.525 horas, assim distribuídas: 2.445 horas em disciplinas obrigatórias; 120 em disciplinas optativas; 600 em estágio supervisionado; 300 em atividades complementares de graduação; e 60 horas em atividades de imersão. A carga horária do curso deve ser cumprida em 8 semestres letivos, podendo ser estendidos até 10; contudo, no 9º e 10º semestre, se houver, o aluno perde o direito a receber a bolsa de estudos mensal.

A grade curricular do curso, contemplando as disciplinas e respectivos períodos, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/estrutura-curricular>.

A seguir, tem-se o detalhamento das principais atividades presentes no atual projeto pedagógico do CSAP, considerando o tripé da formação acadêmica: o ensino, a pesquisa e a extensão.

---

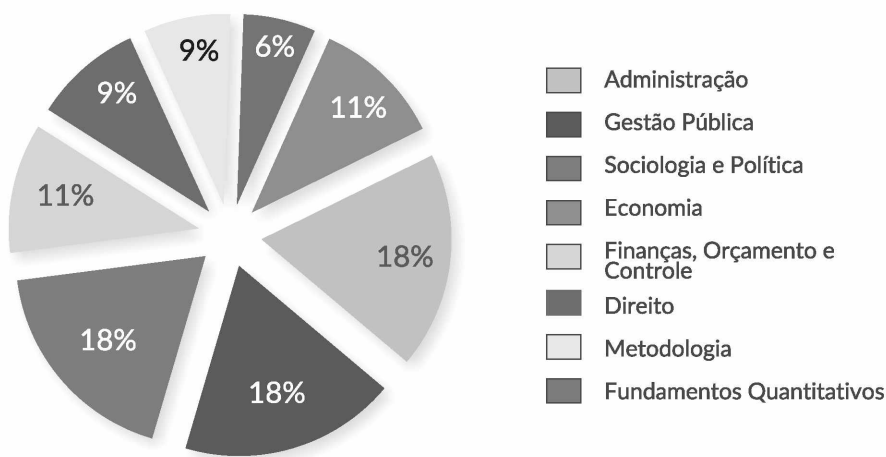
3 À época da reforma curricular as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Campo de Públicas ainda não haviam sido homologadas em razão de recurso interposto pelo Conselho Federal de Administração, sendo tal recurso inédito na história do Conselho Nacional de Educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Campo de Públicas foram homologadas em 13 de janeiro de 2014, por meio da Resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação.

## 2.1 Ações de Ensino

Do total da carga horária do CSAP, 72,8% referem-se às disciplinas, distribuídas em - obrigatórias (69,4%) e optativas (3,4%). O Estágio Supervisionado corresponde a 17% da carga horária total do curso e as Atividades Complementares de Graduação a 8,5% da carga horária total do curso. Uma novidade inserida na nova grade do curso, implementada no 1º semestre de 2014, são as Atividades de Imersão e Conexão, que correspondem a 1,7% da carga horária total do curso.

As disciplinas obrigatórias se encontram distribuídas nas seguintes áreas temáticas: Fundamentos Quantitativos; Finanças, Orçamento e Controle; Administração; Gestão Pública; Sociologia e Política; Economia; Direito e Metodologia, conforme demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1: Distribuição das disciplinas em áreas temáticas



Fonte: elaboração própria

Dentre as disciplinas obrigatórias, foram criadas as disciplinas Projeto Aplicado I, II e III, a serem ministradas no segundo, quarto e sexto períodos respectivamente. A disciplina de Projeto Aplicado tem como objetivo incentivar o aluno a aplicar conceitos aprendidos em sala de aula, articulando o conteúdo das diferentes disciplinas com as experiências do setor público mineiro, propondo ações concretas de melhoria.

O primeiro objetivo das disciplinas de Projeto Aplicado consiste em propiciar a participação dos alunos do Curso de Administração Pública em projetos, oficinas, entre outras atividades de algum órgão ou entidade pública do Governo de Minas Gerais, para que verifiquem o dia a dia do funcionamento e ajudem a encontrar soluções para os desafios

e problemas elencados pelos órgãos públicos, associando as experiências práticas com os conteúdos ministrados em sala de aula. Já, o segundo objetivo, consiste em desenvolver a capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período da atividade, utilizando-se de perspectiva multidisciplinar, conciliando teoria e prática.

As atividades e projetos desenvolvidos pelos alunos do curso durante o Projeto Aplicado são informados pelo Núcleo de Gestão da Carreira de EPPGG, unidade administrativa no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, responsável pela gestão da carreira de EPPGG, que identifica a demanda dos órgãos e entidades públicos, sempre no semestre anterior ao da realização da atividade, para que haja tempo hábil à elaboração de horário e cronograma de execução pela Coordenação do curso. Assim, o Núcleo de Gestão da Carreira de EPPGG deve informar as seguintes questões: órgão de imersão e atividade a ser desenvolvida pela turma; tempo de duração da atividade, bem como o período da sua realização, observado calendário escolar e forma de avaliação dos alunos.

No que se refere às disciplinas optativas, foram criadas a partir da revisão ocorrida ao longo de 2012, já que o projeto pedagógico anterior contemplava apenas as disciplinas obrigatórias. Além de conferir maior autonomia ao aluno no que tange à sua formação, elas foram criadas também como forma de o aluno aprofundar seus conhecimentos nas áreas de seu interesse.

A carga horária mínima de optativas a ser cumprida é de 120 horas. Os períodos destinados à realização das disciplinas optativas são o 7º e 8º, no entanto, tais disciplinas podem ser realizadas ao longo do curso, de acordo com a disponibilidade do aluno. As disciplinas optativas possuem carga horária de 30 horas/aula cada. Tais disciplinas podem ser encontradas no Projeto Pedagógico do Curso.

Dentre as disciplinas optativas, merecem destaque as disciplinas de Tópicos Especiais em Administração Pública I e II, que tratam de temas contemporâneos e pesquisas realizadas no âmbito da Fundação João Pinheiro; e a disciplina Sustentabilidade Sócio Ambiental, que além de atender à demanda de professores e alunos, acaba por atender a disposição contida na Resolução número 02 de 15 de junho de 2012, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais à Educação Ambiental.

Outra importante alteração do novo projeto pedagógico do curso foi o aumento da carga horária do Estágio Supervisionado de 300 para 600 horas. Tal aumento foi motivado, porque é durante a realização do Estágio Supervisionado que o aluno elabora o projeto e a monografia de final de curso, que deve guardar relação com as atribuições da unidade administrativa na qual o aluno realiza o estágio. Isto é importante uma vez que, em regra, após formado, o aluno deve permanecer em exercício por pelo menos um ano nessa unidade administrativa. Além disso, percebeu-se uma necessidade vinda, principalmente,

dos tutores<sup>4</sup> de estágio supervisionado, de ampliação do tempo de estágio que permitisse a ida diária do aluno ao órgão, possibilitando sua maior dedicação às atividades desenvolvidas no local do estágio.

Tem-se que a reforma curricular propiciará ao aluno maior flexibilidade na matrícula que, atualmente, encontra-se amarrada em blocos correspondentes aos períodos do curso. Considerando que a Lei Estadual nº 18.974/2010, que dispõe sobre a carreira de EPPGG, denota que o aluno reprovado em três disciplinas do curso perde o direito de ingressar na carreira; tal flexibilização se faz necessária, deixando o aluno livre para decidir sobre sua vida acadêmica, sendo a ele atribuída maior responsabilidade por sua formação.

## 2.2 Ações de Pesquisa

Tendo em vista que a Escola de Governo está inserida em uma instituição de pesquisa, na Fundação João Pinheiro 64,4% dos professores do CSAP se encontram investidos no cargo de pesquisador. Além disso, o corpo docente do curso de graduação é formado por 56% de doutores e 44% de mestres.

Dentre as áreas de formação dos professores, tem-se: Administração (20%); Gestão Pública (24%); Fundamentos Quantitativos (6%); Direito (6%); Economia (18%); Sociologia e Política (22%); outros (4%). Observadas as áreas temáticas descritas no Gráfico 1, verifica-se a compatibilidade na formação dos professores em relação às áreas temáticas do curso.

Tais professores, por serem em sua maioria pesquisadores desenvolvem pesquisas financiadas por agências de fomento no âmbito da instituição. Como exemplo, tem-se as pesquisas mencionadas abaixo, que convergem com as áreas temáticas do curso de graduação.

**As Políticas Sociais, os Conflitos Federativos e a Equidade em Educação: o caso do FUNDEB e seus primeiros efeitos em Minas Gerais:** o objetivo da pesquisa é analisar o FUNDEB, como um mecanismo de coordenação federativa na Educação Básica. O projeto pretende investigar, de um lado, atores, interesses e arenas que influenciaram o processo de formulação e decisão de implementação do Fundo; de outro, os efeitos de sua vigência, do ponto de vista da oferta e da desigualdade educacional no estado de Minas Gerais. O tema se relaciona às disciplinas de Políticas Públicas e Políticas Sociais mais diretamente; de maneira menos direta, à Teoria Política e Finanças Públicas.<sup>5</sup>

**Parceria Público-Privada no Sistema Prisional: a experiência de Minas Gerais:** trata-se de projeto de pesquisa aplicada, voltado à análise do estágio de desenvolvimento institucional da parceria público-privada no sistema prisional, a partir da experiência do Estado de Minas Gerais; quanto ao relacionamento entre o Estado e a

4 Servidor público responsável pelo acompanhamento do aluno no órgão/entidade durante a realização do estágio curricular.

5 Texto informado pelo professor e pesquisador Bruno Lazzarotti Diniz Costa, Coordenador da pesquisa.

iniciativa privada, com vistas ao desenvolvimento da gestão de um complexo penitenciário. Pela pesquisa se propõe a avaliação: em que medida o processo de parceria público-privada no sistema prisional mineiro tem provocado uma melhoria dos indicadores de gestão do sistema e, por consequência, maior recuperação dos presos para a sociedade; como esta dinâmica se articula com a gestão prisional tradicional; como a estratégia de governança mantém os parâmetros de ação do Estado em termos de cumprimento da Lei de Execução Penal. Trata-se de pesquisa de caráter aplicado e, transversalmente, relacionada às disciplinas: Políticas Públicas, Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público, Sociologia das Organizações, Formação Social do Brasil, dentre outras.<sup>6</sup>

**Indicadores de Responsabilidade Social e de Desenvolvimento Humano para os Municípios de Minas Gerais:** o objetivo geral desse projeto é a construção de um perfil sócio econômico para os municípios do estado que possa contribuir para informar o cidadão e subsidiar os gestores públicos na tomada de decisões relativas às políticas públicas. Para esse perfil serão utilizados indicadores existentes nas bases de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M) e da Lei Robin Hood. Esse projeto se identifica com diversas disciplinas como: Políticas Públicas, Políticas Sociais, Finanças Públicas e Gestão Municipal.<sup>7</sup>

**Índice para Priorização de Investimentos Financeiros na Atenção Primária do SUS no Estado de Minas Gerais:** esse projeto de pesquisa tem como objetivo geral, propor metodologia para alocação equitativa dos recursos de investimento na atenção primária à saúde. Basicamente, propõe-se utilizar um critério equitativo de hierarquização dos municípios do Estado Minas Gerais, como forma de estabelecer localidades prioritárias quanto ao recebimento de investimentos na atenção primária, levando em conta as necessidades sanitárias e a oferta pré-existente em cada localidade. Trata-se de pesquisa de caráter aplicado e, transversalmente, relacionada às disciplinas: Planejamento de Governo, Políticas Públicas, Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública, Matemática e Estatística.<sup>8</sup>

**Análise do perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas: Estudo aplicado às Unidades da Federação:** pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e executada pela Fundação João Pinheiro (FJP), revela o perfil preponderante dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas. O estudo analisou o perfil dos deputados estaduais e distritais eleitos para as Assembleias Legislativas, considerando as informações demográficas quanto ao sexo e à idade; e informações sociais sobre grau de instrução e ocupação. Para tanto, foram utilizados dados brutos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acerca das eleições realizadas nos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010. Tal pesquisa está relacionada às disciplinas Teoria Política, Política Brasileira e será ofertada na forma de Tópicos Especiais em Administração Pública I, durante o 2º semestre de 2014.<sup>9</sup>

6 Texto informado pelo professor e pesquisador Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz, Coordenador da pesquisa.

7 Texto informado pela professora e pesquisadora Fátima Beatriz Carneiro Teixeira P Fortes, integrante da pesquisa.

8 Texto informado pelo professor e pesquisador Sílvio Ferreira Júnior, integrante da pesquisa.

9 Texto informado pela professora e pesquisadora Simone Cristina Duflath, coordenadora da pesquisa.

**Políticas Urbanas e Instituições Participativas em Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte:** analisa o desenho das instituições participativas vinculadas às políticas urbanas (conselhos, conferências, participação em planos diretores e de habitação de interesse social, dentre outras) em municípios da RMBH. A pesquisa está relacionada diretamente à disciplina optativa Participação Social.<sup>10</sup>

Diante disso, tem-se que esses profissionais acabam levando à sala de aula todo o conhecimento adquirido a partir das várias pesquisas desenvolvidas, estando as pesquisas, conforme demonstrado acima, em consonância com as áreas temáticas do curso.

No intuito de estimular o envolvimento dos alunos nessas pesquisas e disseminar o conhecimento adquirido pela Fundação João Pinheiro que é, por excelência, o órgão de pesquisa do Governo de Minas Gerais, foi criada a disciplina Tópicos Especiais em Administração Pública I e II que têm como objetivo tratar, exclusivamente, de temas que estão sendo desenvolvidos por meio de pesquisas realizadas no âmbito da FJP.

Além disso, as atividades complementares de graduação (ACG), que serão melhor detalhadas na seção seguinte, constituem-se de uma série de atividades de pesquisa que são valorizadas como créditos de ACG. Destacam-se as seguintes atividades de pesquisa, cuja participação confere créditos de ACG: projetos de iniciação à pesquisa e projetos da Consultoria Júnior; premiação ou menção honrosa em concursos de monografias; publicação de trabalhos científicos em periódicos; apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais; assistência a defesas de dissertações de mestrado e teses de doutorado; assistência a Seminários de Pesquisa da FJP e a defesas de monografia - FJP; publicação de capítulo de livro; e participação técnica em relatório ou publicação técnica em órgãos públicos.

Cada uma dessas atividades confere diferentes créditos de ACG, que se configuram como incentivos à participação dos alunos em atividades vinculadas à pesquisa científica.

### 2.3 Ações de Extensão

O Professor Paulo Neves de Carvalho, que empresta seu nome à Escola de Governo, transmitia aos alunos em suas aulas magistrais que o bom comportamento profissional é aquele processado, conforme os valores éticos e morais, independentemente de seu resultado. Por isso o professor defendia a conscientização do agente público, do extraordinário e fecundo papel que lhe cabe na realização dos anseios comuns.

O mestre sempre colocou a capacitação e o aperfeiçoamento do servidor como fator fundamental ao êxito de uma Administração. Por isso, sempre incentivava seus alunos a procurarem o método indutivo, estimulando-os a saírem de sua zona de conforto e conhecerem a realidade, induzindo-os a serem agentes transformadores.

---

10 Texto informado pela professora Flávia de Paula Duque Brasil, coordenadora da pesquisa.

O curso de administração pública da Escola de Governo, em convergência com as lições do mestre, possui duas principais atividades que contemplam as ações de extensão do curso, que são as Atividades Complementares de Graduação e as Atividades de Imersão e Conexão.

As Atividades Complementares de Graduação – ACGs – constituem-se em um dos componentes da matriz curricular do CSAP e visam ao desenvolvimento, à avaliação e ao reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos por meio de práticas opcionais, interdisciplinares, transversais e independentes, que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos. Presentes no projeto pedagógico do Curso desde 2004, as Atividades Complementares de Graduação podem ser desenvolvidas na forma de Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão e Atividades de Intercâmbio.

Cada uma dessas atividades possui valores de ACG específicos, bem como o limite de créditos que pode ser contabilizado em cada modalidade. Atribui-se os limites às modalidades no intuito de estimular o aluno a participar de diferentes atividades, contribuindo para a complementariedade de sua formação acadêmica. Os créditos obtidos pela realização de cada atividade pelo aluno são contabilizados, exigindo-se o cumprimento de 20 créditos de ACG, convertidos em 300hs de Atividades Complementares de Graduação.

Além das ACG's relacionadas às atividades de pesquisas, mencionadas na seção 2.2, são concedidos créditos à participação nas seguintes atividades:

- Atividades de ensino: monitoria em disciplinas do curso; integração com disciplinas de pós-graduação *latu e stricto sensu* da Escola de Governo; grupos de estudo; certificação em Língua Estrangeira; realização de estágios extracurriculares em órgãos públicos e empresas privadas (para estágio em empresas privadas atribui-se uma menor quantidade de créditos de ACG, tendo em vista se tratar de um curso de administração pública); representação discente nos órgãos colegiados da Escola de Governo; realização de estágios voluntários em órgãos e entidades públicas.
- Atividades de Extensão: atividades do Laboratório de Políticas Públicas; participação em cursos de extensão presenciais e à distância; participação em eventos (congressos, seminários, encontros, simpósios, palestras, etc.); trabalho voluntário em ONGs; atividades de direção do Diretório Acadêmico e da João Pinheiro Consultoria Júnior; atividades de Simulações
- Atividades de Intercâmbio Cultural: participação em Programas de Intercâmbio Cultural e participação em Programas de Intercâmbio mediados pela Escola de Governo.

Além das Atividades Complementares de Graduação, o novo projeto pedagógico contempla também uma importante iniciativa de extensão, que se conforma nas Atividades de Imersão e Conexão, compondo a carga horária obrigatória do Curso. Tais atividades objetivam levar o estudante do Curso de Administração Pública a conhecer *in loco*

a diversidade da realidade brasileira, seja na esfera subnacional ou federal. A principal finalidade destas atividades consiste em fazer com que os alunos desenvolvam capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. Pretende-se, ainda, favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados, como também possibilitar atitudes colaborativas por parte dos alunos do curso, além da troca de experiências entre os envolvidos.

O campo de públicas tem, entre os seus objetivos, formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam ao fortalecimento da esfera pública. Tal fortalecimento exige do Estado mais do que o cumprimento burocrático de tarefas; o egresso do campo de públicas não pode se limitar a aplicar a rotina, ele deve ser propositivo e inovador. Esta é uma nova postura exigida dos gestores públicos, que precisam compreender o ambiente no qual se encontram inseridos, além de perceber o anseio do cidadão. É nesse contexto que as Atividades de Imersão e Conexão se compõem num importante componente da estrutura curricular, tendo em vista que, ao aliar ensino e extensão, contribui-se à profissionalização da gestão pública, desaparecendo a figura do gestor passivo e ganhando força a figura do gestor ativo.

As Atividades de Imersão e Conexão são organizadas e/ou intermediadas pela Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo, com o apoio da Coordenação do Curso de Graduação. Algumas das atividades de imersão e conexão que podem ser desenvolvidas pelos alunos do Curso de Administração Pública serão descritas a seguir.

O Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, é de integração social, envolvendo a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam ao desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população; também busca aproximar esses estudantes da realidade do País, além de contribuir para o desenvolvimento das comunidades assistidas.

Na Escola de Governo, as operações do Projeto Rondon exigem dos alunos forte capacidade de organização, no sentido de elaboração do projeto a ser submetido para aprovação do Ministério da Defesa, além de interação contínua com professor orientador que os auxiliará no desenvolvimento das atividades. Cada equipe participa de uma operação oferecida pelo Ministério da Defesa, geralmente, acompanhada por 2 professores da Escola de Governo.

As duas primeiras equipes a participarem do Projeto Rondon pertenciam à turma do XII CSAP e tal participação ocorreu no ano de 2006 (Municípios de Brasiléia e Capelinha). Desde então, 28 equipes participaram do Projeto Rondon, sendo 02 no ano de 2007 (Municípios de Tarauacá e Ribamar Fiquene); 07 no ano de 2008 (Municípios de Laranjal do Jari, São Francisco do Pará, Soure, Pedro II, Mostardas, Altamira e Brasília de Minas); 04 no ano de 2009 (Municípios de Anori, Bonfim e Alagoa Grande), sendo que uma

operação foi de retorno a Anori; 05 no ano de 2010 (Municípios de Atalaia, Retirolândia, Chapadão do Céu, Humberto de Campos e Granito); 05 no ano de 2011 (Municípios de Poço Redondo, Jaçanã, Urucará, Mazagão e Chapada dos Guimarães); 01 no ano de 2012 (Município de Caseara); 02 no ano de 2013 (Municípios de Jaguarari e Vigia); e 02 no ano de 2014 (Municípios de São Pedro do Piauí e Caaporã).

O Projeto Rondon é de grande importância para inserir o estudante na realidade brasileira, visto que as operações ocorrem em municípios menores e mais carentes no Brasil. O aluno que participa do projeto tem, portanto a oportunidade de conviver com diferentes realidades, aplicando a teoria apreendida em sala de aula às diferentes situações encontradas.

O Projeto Conexão Local, experiência idealizada pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV) e em funcionamento desde o ano de 2005, tem como objetivo fundamental aproximar alunos da graduação às diversas realidades brasileiras, por meio de viagens de imersão que ocorrem no mês de julho de cada ano. Deste modo, favorece o conhecimento prático de técnicas de gestão em regiões e contextos os mais variados e complexos; visando à formação de futuros administradores com consciência cidadã, proativa e socialmente empreendedora.

A Fundação João Pinheiro - FJP, Instituição membro da ANPAD e com forte tradição em pesquisas aplicadas no campo da gestão pública, passou a integrar o Projeto Conexão Local, sendo que sua primeira participação ocorreu em 2009, quando a Escola de Governo selecionou estudantes de graduação e de mestrado para participarem de equipes do Conexão Local. Apesar de a oferta de vagas ser limitada a um aluno da graduação por ano, o Conexão Local envolve o participante em experiências inovadoras de gestão social e de desenvolvimento econômico local nas áreas de políticas públicas, combate à pobreza e promoção da cidadania, constituindo assim uma importante atividade de extensão universitária aos alunos do CSAP.

Além disso, tal projeto proporciona a integração entre alunos da graduação e do mestrado, permitindo o intercâmbio acadêmico entre o ensino de graduação e pós-graduação.

O projeto de municipalização das práticas de gestão pública se constitui num projeto que conta com alunos do Curso de Administração Pública à realização de diagnóstico da qualidade gerencial em municípios mineiros.

O projeto de municipalização envolve os alunos em duas etapas: a primeira delas consiste em uma capacitação, por meio da qual são apresentados conteúdos referentes às ações municipais empreendedoras realizadas por servidores públicos, Plano Plurianual de Ação Governamental, Conceitos e fundamentos do Gerenciamento de Projetos, Conceituação e discussão de Administração Pública Empreendedora e Qualidade gerencial no setor público. A segunda etapa consiste na imersão do aluno em um município mineiro, momento no qual ele será responsável pela elaboração de um diagnóstico da qualidade

gerencial municipal e pela elaboração do plano de ação de melhoria da qualidade gerencial municipal.

A atividade de municipalização de práticas de gestão é desenvolvida por alunos do Curso, que serão acompanhados por professores tutores nos municípios visitados.

Além das atividades de imersão profissional acima descritas e das atividades complementares de graduação, cuja coordenação é de responsabilidade da Escola de Governo, destacam-se também as atividades desenvolvidas pela Consultoria Júnior em Administração Pública. A João Pinheiro Júnior é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída e gerida por alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo.

A Consultoria Júnior atende às organizações do setor público como secretarias, prefeituras, câmaras municipais, empresas públicas, fundações, autarquias, sociedades de economia mista e ainda Organizações não-governamentais.

Para cada projeto desenvolvido é formada uma equipe de consultores juniores (alunos) que com o auxílio de um professor do CSAP desenvolve as atividades contratadas pelos clientes. A escolha dos consultores juniores é realizada por meio de recrutamento amplo, feito pela própria Consultoria Junior, enquanto os professores são indicados pela coordenação do curso, de acordo com a área de atuação e disponibilidade, levando-se em conta as necessidades de cada projeto.

Recentemente os alunos membros da Consultoria Júnior reestruturaram o Núcleo Social que compõe a estrutura organizacional da Consultoria Júnior. O objetivo do Núcleo Social é ofertar um espaço de extensão que permita aos alunos do CSAP o desenvolvimento e participação em projetos voltados ara à transformação da realidade social.

Com a reestruturação do Núcleo Social, a pretensão dos alunos foi a de torná-lo uma plataforma para execução e manutenção de Projetos Sociais de alto impacto, criados e conduzidos pelos alunos, com suporte e apoio da Fundação João Pinheiro. Os projetos serão captados dentro do CSAP e Equipes Gestoras formadas para iniciar sua condução. A Consultoria Junior capacitará os Gestores sobre formas de resolução de problemas sociais (Design Thinking e Human Centered Design) e gestão de projetos, bem como oferecerá uma metodologia própria à criação e condução dos projetos. A Coordenação do CSAP se responsabilizaria por viabilizar que um pesquisador-orientador, se necessário, auxilie profissionalmente os projetos, desta forma, dando ao projeto credibilidade e maior grau conceitual-técnico. Além disso, ofereceria incentivos na forma de Atividades Complementares de Graduação (ACG), a fim de estimular que os alunos participem e apresentem projetos ao Núcleo Social.

Um exemplo de projeto de sucesso implementado e conduzido pelo Núcleo Social é o “fica ativo repensar: tecendo alianças e construindo capacidades através da arte”. Neste projeto de extensão, os alunos exercem atividades com grupo de adolescentes carentes

dentro do programa estadual “fica vivo<sup>11</sup>”, levando até eles não só a consciência de sua cidadania, bem como um despertar de suas habilidades. Os alunos utilizam assim o método indutivo, conhecendo de perto a realidade. Tais experiências trazem como consequência uma expertise maior, tornando-os mais capazes de elaborar políticas públicas efetivas.

Desta forma, tem-se que os alunos da Escola de Governo vem cumprindo as lições e a filosofia do mestre Paulo Neves de Carvalho.

O cuidado em manter sempre um professor da Escola de Governo responsável pelas práticas de extensão (incluindo a supervisão dos projetos desenvolvidos pela Consultoria Júnior) reflete o alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a importância deste tripé na formação acadêmica.

### 3. DIFERENCIAIS DO CURSO

O curso de graduação em administração pública, oferecido pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, possui algumas especificidades em relação às demais instituições de ensino, que são percebidas como benefícios e atrativos aos ingressantes.

O Curso de Administração Pública apresenta os seguintes benefícios:

- Bolsa de estudo mensal correspondente a um salário mínimo para os alunos que não sejam servidores públicos, durante toda a duração do CSAP, mediante requerimento e desde que sejam preenchidos os requisitos expressos na Lei Estadual nº. 18.974/10;
- Para o servidor público do Poder Executivo Estadual, que já tenha cumprido o período de estágio probatório no cargo que ocupa, possibilidade de dispensa de ponto durante o período letivo e no horário escolar, com direito ao recebimento de sua remuneração do cargo efetivo, desde que autorizado pelo órgão de origem. Nesse caso, não se aplica o direito à bolsa de estudo mensal.
- Nomeação, após a colação de grau no curso de graduação (cumpridos os requisitos legais), para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental grau I, grau A, nos termos da Lei Estadual nº. 18.974/10.

Em contrapartida a estes benefícios, ao ser nomeado, o aluno graduado se compromete a trabalhar no poder executivo do Estado de Minas Gerais durante o período mínimo de três anos. Caso não cumpra este critério, terá que restituir aos cofres públicos o investimento no valor correspondente aos quatro anos de estudo, proporcionalmente ao tempo trabalhado. O compromisso de permanência firmado com o Estado ocorre a

---

11 O Programa Fica Vivo, foi institucionalizado a partir do Decreto-Lei nº 43.334/03 como parte do Centro de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e tem por objetivo reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante áreas de prevenção e repressão nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade o justifiquem. Para sua execução contam com ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, e de organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral.

partir do 4º período do curso. A partir de então, a saída da Escola ou da carreira implica a penalidade acima descrita.

Diante do exposto, tem-se que o CSAP se configura como uma experiência única no país, posto que para ingressar no curso, o aluno é submetido a um concurso público vestibular; recebe uma bolsa de estudo e após a conclusão do curso, se observados todos os requisitos necessários, o aluno formado ingressa na carreira de EPPGG. Assim, tem-se um investimento feito em cada aluno, antes mesmo de sua entrada na carreira pública, que se conforma como uma experiência única e inovadora na gestão pública. Trata-se da única instituição no Brasil que atrela a formação em um curso de graduação ao ingresso numa carreira pública.

A partir dessa vinculação, tem-se ainda que o Estágio Supervisionado, obrigatório, realizado nos 7º e 8º períodos do curso nos próprios órgãos e entidades, nos quais os formandos serão alocados após a conclusão do curso. A ideia é de que o aluno, desde o 7º período do curso, seja inserido na rotina do órgão, já se familiarizando e mesmo se responsabilizando por atividades que serão desenvolvidas, enquanto EPPGG.

Consequentemente, os trabalhos de conclusão de curso, desenvolvidos no 8º período do Curso, possuem temas vinculados às questões e atividades do local de estágio, facilitando o aprendizado do aluno em relação aos projetos e ações desenvolvidos, além de possibilitar a oportunidade de o aluno, ainda na monografia, contribuir com os desafios do órgão no qual está inserido.

O curso possui ainda outra especificidade. De acordo com a Lei nº 18.9740/2010, há ainda a impossibilidade de reprovação em três disciplinas ao longo do curso, caso contrário o aluno fica impedido de ingressar na carreira de EPPGG, embora possa concluir o curso, devendo, ressarcir os valores investidos.

Destaca-se a qualidade do curso de administração pública da Escola de Governo, sinalizada, dentre outras coisas, pelas avaliações do Curso, sempre obtendo altas notas no Índice Geral de Cursos e possuindo, frequentemente, posição de destaque no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, conduzido pelo INEP – MEC.

#### 4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO CURSO

Além da qualidade do curso e da concessão de benefícios a sua realização, pode dizer-se que a formação proporcionada pela EG apresenta desafios menos marcantes em relação às demais escolas de Administração Pública, no que tange à falta de identidade do curso de Administração Pública, escassez de material didático e de publicação acadêmica na área, carência de corpo docente especializado e falhas na interface entre teoria e prática (COELHO, 2008).

De acordo com Coelho (2008), a minimização destes problemas na formação concedida pela EG pode ser justificada pelo fato de o curso já ser direcionado a uma carreira específica com atuação no Governo de Minas Gerais, e de os estágios realizados

ao longo do curso estarem direcionados a um órgão específico do estado, o que aumenta a relação entre teoria e prática. Ademais, pelo fato de se tratar de uma instituição de pesquisa, acredita-se que a Fundação João Pinheiro sempre apresentou em seu quadro profissionais que trabalharam com projetos do estado, seja pesquisando, coordenando ou executando, detendo, assim, um corpo docente adequado às necessidades do curso de Administração Pública. Assim, estes fatores contribuiriam para o fortalecimento de uma identidade específica e bem definida de Administração Pública, o que garante a qualidade na formação concedida pela Escola de Governo de Minas Gerais (COELHO, 2008).

Diante disso e considerando a vinculação entre formação e carreira pública, diz-se que os principais desafios estão mais intimamente relacionados à própria gestão da carreira de EPPGG do que propriamente ao Curso.

Apesar dos benefícios e qualidade do Curso, percebe-se uma significativa taxa de evasão dos EPPGG da carreira pública que ocorre, tanto durante o período obrigatório de três anos, como após o término deste período, no qual o EPPGG não precisa mais ressarcir o estado pelo investimento realizado na formação. De acordo com dados disponibilizados pela SEPLAG, a taxa de evasão dos EPPGG, após ingresso na carreira é de aproximadamente 40%. A evasão destes profissionais ocorre, em grande medida, devido à ocorrência de novas oportunidades de trabalho, predominantemente no setor público, considerando outros poderes do Estado e, até mesmo, outras esferas de governo.

De acordo com pesquisa feita por Oliveira (2009) com membros e ex-membros da carreira de EPPGG, o déficit salarial representa o principal motivo da evasão, seguido da falta de perspectiva na carreira de EPPGG; 76, 7% dos EPPGG que deixaram a carreira no governo de Minas Gerais o fizeram em função de outra oportunidade no setor público, maiormente, governo federal, o que demonstra que a evasão não está relacionada a problemas no perfil dos profissionais ou, de fato, de identificação com a área pública.

Essa autora ainda constatou uma ausência de políticas e práticas de gestão de pessoas que contribuem à retenção dos EPPGG, principalmente no que tange à gestão do desenvolvimento e gestão da compensação. De acordo com os EPPGG, os principais motivos para a evasão são: dificuldades de mobilidade entre órgãos da administração pública estadual; compressão vertical e horizontal dos salários; barreiras formais para progressão e promoção na carreira; dificuldades para capacitação continuada; ausência de políticas de relações humanas e sociais; despadrão das políticas e práticas entre os profissionais; ausência de diferenciação na gestão da carreira de EPPGG em relação às demais carreiras do Estado.

Tal situação também é confirmada por Coelho (2008), que não acredita ser a evasão dos EPPGG diretamente relacionada às dificuldades de inserção profissional do EPPGG após a formação, o que é comum nas demais escolas de ensino em Administração Pública, visto que a inserção na Administração Pública mineira é garantida e realizada logo após a formação ou antes mesmo dela, se forem considerados os estágios curriculares. O principal

problema, segundo este autor, estaria relacionado à retenção destes profissionais após a inserção no serviço público. Explica Coelho (2008, p. 18):

No caso dos egressos da FJP o obstáculo não é a entrada destes no Estado, mas a sua retenção na carreira de EPPGG – no governo do estado de Minas Gerais – após os dois anos exigidos por lei. A insatisfação com a remuneração e a rigidez de promoção leva alguns desses profissionais recém formados a buscarem, por meio de concurso público, colocações em carreiras federais. Mas há também aqueles que, desmotivados com o setor público-estatal, acabam migrando para a iniciativa privada.

Este fator seria então o de maior relevância para o estudo do curso de graduação em Administração Pública, oferecido pela Escola de Governo quando se busca analisar os principais desafios relacionados à formação acadêmica e à gestão da carreira dos EPPGG.

É importante destacar, porém, que há a perspectiva de redução dos percentuais de evasão, tendo em vista a publicação da Lei nº 18.97/2010, a partir da qual foi estabelecida uma nova estrutura à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Acredita-se que a publicação dessa lei já se conforma como uma medida frente aos percentuais e motivos de evasão acima discutidos, tendo em vista as alterações introduzidas na gestão da carreira.

Algumas das medidas introduzidas se configuram como tentativa de diferenciação na gestão do EPPGG, enquanto uma carreira estratégica do estado de Minas Gerais, destacando-se o estabelecimento de um processo diferenciado de progressão e promoção na carreira, baseado em um sistema de pontos. Nesse sistema, a experiência profissional, bem como as qualificações acadêmicas são pontuadas e consideradas ao desenvolvimento na carreira. A contagem de pontos para a progressão e promoção é iniciada com a entrada em exercício no cargo, tendo seus efeitos após a conclusão do estágio probatório.

Dessa forma, a progressão do EPPGG passa a ocorrer sempre que o profissional acumular cinco pontos, no limite de 3 progressões por ano, e a promoção sempre que acumular 50 pontos, respeitando o tempo mínimo de 4 anos entre uma promoção e outra.

Outra importante mudança refere-se à criação do Conselho de Desenvolvimento da Carreira (CDC), que tem o objetivo de apoiar a SEPLAG no desempenho das competências relativas à gestão da carreira de EPPGG, responsabilizando por questões como: elaboração do planejamento estratégico da carreira; assessoria em assuntos relacionados à formação, distribuição das vagas de estágio obrigatório, alocação, movimentação, capacitação, avaliação de desempenho, desenvolvimento e exercício dos integrantes da carreira; deliberação sobre a aceitação de títulos e certificados para fins de progressão e promoção na carreira.

No que se refere às questões salariais, tem-se que, em 2012, também foi aprovado pelo Governo de Minas Gerais um aumento escalonado a ser concedido durante 3 anos. Assim, comparando os valores da remuneração, parte fixa e variável, de 2012 e os valores a

serem recebidos, a partir de agosto de 2014, os aumentos variam entre 57,31% a 124,11%. Trata-se de uma medida que não está inserida na Lei nº 18.974/10, sendo posterior a ela, mas que se configura como importante para a discussão acerca da retenção do EPPGG, tendo em vista que, juntamente, à inadequada estrutura na carreira, a questão salarial foi apontada como o principal motivo à evasão dos EPPGG.

Diante disso, tem-se que as medidas implementadas pela Lei Estadual no 18.974/10 pode trazer impactos à retenção dos EPPGG, tendo em vista que redefiniu os procedimentos ao desenvolvimento dentro da carreira de EPPGG, em função dos apontamentos já discutidos a respeito dos fatores para retenção e dos motivos que levam à evasão desses profissionais. Considerando o curto espaço de tempo da implementação da referida lei, seus efeitos nos percentuais de evasão ainda não foram sentidos, apesar da expectativa de melhoria.

Diante do exposto, embora exista há mais de 20 anos, o Curso de graduação em administração pública busca manter o mesmo caráter inovador do momento de sua criação, por meio da atualização constante do Curso, destacando-se a última reforma curricular ocorrida ao longo do ano de 2012, que buscou também compatibilizar o Projeto Pedagógico do Curso às recém homologadas Diretrizes Nacionais Curriculares dos Cursos do Campo de Públicas.

Além do imenso desafio de compatibilizar a excelência na formação do EPPGG com a gestão dessa carreira, tem-se ainda o desafio de implementar a nova grade curricular do Curso, o que ocorreu a partir do 1º semestre de 2014.

As práticas pedagógicas inovadoras presentes no novo projeto pedagógico serão acompanhadas e avaliadas no sentido de garantir a manutenção da excelência na formação do EPPGG pela Escola de Governo.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Viviane. Inserção e atuação dos egressos do Curso Superior de Administração Pública no poder executivo estadual: uma análise do caso mineiro, 2001. Monografia em Administração Pública. **Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte. 2001.

ANASTASIA, Antônio Augusto Junho. O Choque de Gestão e a Moralidade Administrativa. In: **Abordagem Multidisciplinar sobre a Moralidade no Brasil**. 2010.

COELHO, Fernando de Souza. Problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. **Cadernos EBAPE**, BR, Número especial, agosto. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6nspe/v6nspe08.pdf>. Acessado em 10/01/13.

HORTA, Cláudia Júlia Guimarães et all. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro: uma história de referência. **Revista Temas de Administração Pública**. Edição Especial - número 6 - volume 1 - ano 2010 - Unesp/Araraquara.

MINAS GERAIS, Lei 13.085, de 31 de dezembro de 1998. Cria as carreiras que menciona, institui a gratificação de desempenho e produtividade individual e institucional e dá outras providências. Assembléia Legislativa.

MINAS GERAIS. Lei 18.974, de 29 de junho de 2010. Estabelece a estrutura da carreira estratégica de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, altera as tabelas de vencimento das carreiras policiais civis de que trata a Lei Complementar nº 84, de 25 de julho de 2005, e dá outras providências. Assembléia Legislativa.

MINAS GERAIS. Lei 20.336 de 02 de agosto de 2012. Promove a incorporação de parcela da GEDIMA ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo, altera as Leis nºs 15.463, de 13 de janeiro de 2005, e 18.974, de 29 de junho de 2010, e dá outras providências. Assembléia Legislativa.

OLIVEIRA, Kamila Pagel. Gestão de Recursos Humanos no Estado de Minas Gerais: Retenção de Pessoas do Cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Dissertação de Mestrado em Administração. **Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009.